



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **8 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 16 de abril de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> BC indica que alta dos juros não vai terminar tão cedo ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Código Florestal pode livrar 95% de ilegais ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Reunião em Jundiá pode indicar opção da Foxconn ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Concessão de aeroportos já está decidida, diz Anac ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>O GLOBO</b> LDO: mínimo de R\$616 em 2012 ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>O GLOBO</b> Governo deixa para os deputados a iniciativa de flexibilizar licitações ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
<b>O GLOBO</b> ZTE terá polo industrial em São Paulo ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
<b>ADNEWS</b> Pad x impostos no Brasil ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BC indica que alta dos juros não vai terminar tão cedo</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### **Tombini diz que o País está 'meio de um ciclo de aperto monetário'; para analistas, taxa deve ir a 12,25%**

A menos de uma semana da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sinalizou que o ciclo de aumento da taxa básica de juros não terminará tão cedo quanto o imaginado pelo mercado. A maioria dos analistas prevê alta de 0,5 ponto percentual, dos atuais 11,75% para 12,25%. Tombini indicou ainda que o BC e o Ministério da Fazenda já estão se preparando para um período de saída de capitais, motivado pelo aumento dos juros nos EUA e na Europa. "Estamos no meio de um ciclo de aperto monetário. Já subimos os juros em 300 pontos básicos e temos mais trabalho a fazer", afirmou Tombini em palestra em Washington. O FMI advertiu ontem que o superaquecimento e a inflação ameaçam o Brasil e outros países latino-americanos.

#### **Tombini indica que vai elevar os juros**

**Palestra do presidente do BC em Washington estimulou analistas a elevar apostas a 0,5 ponto percentual na reunião do Copom da próxima semana**

**Denise ChrisPIM Marin e Luciana Antonello Xavier - O Estado de S.Paulo**

A menos de uma semana da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sinalizou que o ciclo de aumento da taxa básica de juros, a Selic, não terminará tão cedo quanto imagina o mercado. A maioria dos analistas independentes prevê alta de 0,5 ponto percentual - de 11,75% para 12,25% - como a última alta do período pós-crise internacional.

Tombini indicou ainda que o BC e o Ministério da Fazenda já estão se preparando para um período de saída de capitais, motivado pelo aumento dos juros nos Estados Unidos e na Europa. A fala do presidente do

Banco Central estimulou parte dos analistas ainda crenes em um aumento de 0,25 ponto percentual na Selic, na semana que vem, a elevar suas apostas a 0,5 ponto e contribuiu para uma baixa nas ações do setor bancário e nos papéis do varejo e das empresas de construção no fim da manhã.

"Estamos no meio de um ciclo de aperto monetário. Já subimos os juros em 300 pontos básicos e temos adiante mais trabalho a fazer", afirmou, em palestra em um seminário sobre as perspectivas econômicas para a América Latina, promovido pelo Brookings Institution. "É nosso dever assegurar a estabilidade financeira e a inflação dentro da meta", completou Tombini.

À plateia, Tombini explicou sua preocupação com os riscos inflacionários e com uma futura instabilidade financeira, decorrentes do intenso fluxo de capital no Brasil. O compromisso do BC, a rigor, é convergir a inflação ao centro da meta de 4,5% em 2012 - o que significa derrubar o indicador atualmente próximo ao teto, de 6,5%. Em consonância com o Ministério da Fazenda, criticou a excessiva liquidez resultante da política monetária das economias desenvolvidas. Em especial, dos EUA, onde os juros básicos estão próximos a zero desde dezembro de 2008 e onde a política de recuperação está assentada na emissão de dólares.

Tombini justificou as medidas macroprudenciais adotadas pelo governo para moderar o fluxo de capitais e o crescimento do crédito, sem as quais o trabalho do BC correria o risco de ser inteiramente "desfeito". Citou a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) das aplicações em renda fixa, as compras com cartão de crédito e os empréstimos tomados por companhias no exterior. Conforme indicou, a vigência dessas medidas está associada à retomada mais vigorosa da economia nos países desenvolvidos.

"Chegará o momento em que as condições financeiras e monetárias começarão a se normalizar nos

EUA e em outros países avançados", afirmou, referindo-se à perspectiva de o aumento de taxas de juros nesses **mercados** voltar a atrair boa parte dos capitais hoje direcionados para o Brasil. "No meio tempo, precisamos

cuidar das pressões inflacionárias. É o que estamos fazendo."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Código Florestal pode livrar 95% de ilegais</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Acordo para Código Florestal tira 95% das propriedades rurais da ilegalidade

**Marta Salomon**

A grande maioria das propriedades rurais do País (95%) - que detém uma parcela menor das terras - sairá da ilegalidade por meio da nova proposta de Código Florestal que o governo fechou internamente e agora negocia com o Congresso.

A proposta, acertada em reunião anteontem no Planalto, mas ainda não divulgada oficialmente em detalhes, vai permitir o uso de áreas de reserva legal e de proteção permanente para atividades consideradas de utilidade pública, interesse social e baixo impacto no meio ambiente.

O impacto da proposta que vinha sendo negociada nos bastidores havia três meses foi medido pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que ontem participou de encontro de povos da floresta na cidade de Parintins, uma ilha do Rio **Amazonas**. Ela defendeu a análise de situações excepcionais, que hoje não seriam consideradas ambientalmente regulares, de acordo com o código em vigor. A ideia é garantir que a maior parte dos proprietários - principalmente os pequenos - se enquadre na lei.

Calcula-se que haja no **Brasil** cerca de 870 mil quilômetros quadrados de áreas desmatadas fora das regras ditadas pelo Código Florestal. Nem toda essa extensão terá de ser recuperada com o replantio da vegetação nativa. A ministra não detém, no entanto, previsão do efeito da nova proposta sobre o total da área do passivo ambiental.

Uma das propostas acertadas no Planalto desobriga o produtor rural de registrar a área de proteção ambiental das propriedades em cartórios, conforme o Estado antecipou na última quarta-feira. O efeito da medida é que os produtores rurais que não

têm o registro não serão mais multados, como previa decreto do presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva, editado em dezembro de 2009. As autuações começariam em 12 de junho.

Os produtores terão de fazer, no entanto, o cadastro ambiental rural, que permitirá ao governo identificar o responsável por desmatamentos irregulares por meio de coordenadas geográficas.

Margens de rio. Izabella contou que a intenção do governo é negociar com o Congresso a nova proposta. O governo não abre mão de manter em 30 metros a extensão da área de proteção ambiental às margens dos rios mais estreitos nem de exigir a reserva legal em todas as propriedades rurais do País, num percentual que varia de 20% a 80% dos imóveis, dependendo do bioma. Mas o próprio governo concorda em reduzir para 15 metros a área de recuperação de proteção permanente em casos excepcionais.

O relator do projeto na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), insiste em reduzir a área de proteção para 15 metros nas margens dos rios, e sua proposta dispensa áreas de até quatro módulos fiscais (de 20 hectares a 400 hectares, dependendo do município) da exigência de ter reserva legal, segundo a versão já aprovada por comissão especial da Câmara.

Como reivindicavam os ruralistas, a proposta do governo prevê o desconto das áreas de proteção permanente na reserva legal das propriedades. Se uma propriedade na **Amazônia** preserva a floresta em 80% de sua área, essa extensão considera a proteção às margens dos rios e encostas.

"Vamos negociar e o que não puder ser acordado, será decidido no voto", disse a ministra. O projeto de lei terá de ser votado na Câmara e no Senado, antes de ir à sanção presidencial.

Restam algumas lacunas a serem esclarecidas na proposta do governo, como a classificação de um determinado uso da terra de reserva legal ou área de proteção permanente como de interesse social, utilidade pública ou de baixo impacto ambiental. Tampouco está claro qual a autonomia dos Estados no enquadramento de propriedades já desmatadas como uma situação excepcional que merece ser regularizada.

A proposta do governo também prevê a redução em 30% da área de reserva legal de propriedades localizadas em municípios que detenham pelo menos a metade de seu território ocupado por unidades de conservação.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Reunião em Jundiáí pode indicar opção da Foxconn</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

""Temos trabalhado para que a unidade venha para cá"", diz o secretário de Desenvolvimento Econômico do município

#### Tatiana Fávaro - O Estado de S.Paulo

A confirmação de endereço comercial de uma filial da Apple em um galpão na Rodovia Hermenegildo Tonoli, em Jundiáí, e uma reunião entre o prefeito Miguel Haddad (PSDB), secretários e um representante da Foxconn do Brasil na quinta-feira acenderam ainda mais as expectativas da preferência pelo município para instalação da uma linha de produção de tablets da gigante de tecnologia no Brasil.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico de Jundiáí, Ari Castro Nunes Filho, o "namoro" com a Foxconn começou há um ano e meio. "Temos trabalhado para que a unidade venha para cá. A decisão deles deve estar próxima de ocorrer, porque se querem colocar produtos no mercado no fim do ano como anunciaram, eles precisam definir logo." Nunes Filho disse que o encontro com o representante da empresa taiwanesa que fabrica produtos da Apple na China foi para tratar de assuntos jurídicos relacionados a serviços públicos em área próxima à unidade instalada no município.

Mas lideranças políticas ouvidas ontem pelo Estado disseram que a reunião também tratou de temas como benefícios fiscais. Jundiáí não isenta de tributação empresas que se instalam no município, mas já estudou e negocia isenções fiscais para a fabricante da Apple, pela proporção e visibilidade do negócio.

Mais que avaliar as próprias possibilidades, a Prefeitura de Jundiáí quis saber quais as vantagens oferecidas por outras praças em que a Foxconn tem unidades, para estar em pé de igualdade - ou acima, na preferência - para abarcar o investimento de US\$ 12 bilhões anunciado na visita da presidente Dilma Rousseff à China. A Foxconn possui fábricas em Jundiáí, Indaiatuba, Manaus e Sorocaba. A empresa não se manifestou sobre o assunto.

A preferência de Jundiáí na disputa pela fábrica de produtos da Apple no Brasil pode levar em consideração a localização da cidade - entre as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, a 60 km de São Paulo e a 35 km de Campinas; sua infraestrutura - um aeroporto, um Distrito Industrial e um projeto de parque tecnológico que deve ser inaugurado até o fim da administração atual; e sua economia, que ocupa a 24.<sup>a</sup> posição no País e a 9.<sup>a</sup> no Estado.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Concessão de aeroportos já está decidida, diz Anac</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Rubens Vieira, diretor de infraestrutura, afirma que só falta acertar regras para a entrada da iniciativa privada**

**Expectativa da agência é publicar o edital até o início de maio e realizar até julho o leilão com as empresas interessadas**

**MARIANA BARBOSA**

**DE SÃO PAULO**

O diretor de infraestrutura da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), Rubens Carlos Vieira, afirmou que o setor aéreo brasileiro precisa do capital privado para realizar investimentos e melhorar sua eficiência.

"O setor privado será muito bem-vindo e essa é uma questão que já está fechada. O que terá de ser definido pela nova SAC (Secretaria Especial de Aviação Civil) é como isso será feito", disse.

Vieira participou ontem, em São Paulo, de um seminário internacional sobre concessão de aeroportos.

Dada a urgência dos investimentos, devido ao calendário da Copa e da Olimpíada, Vieira afirmou que a definição do modelo de exploração de aeroportos pela iniciativa privada "deve ser a primeira atitude da SAC".

**REGRAS CLARAS**

Vieira destacou a importância de ter "regras claras e uniformes" para o modelo de concessão dos aeroportos.

"Depois que concedermos [à iniciativa privada], vai ser muito difícil voltar atrás nas regras", afirmou.

Além das regras, falta definir quais aeroportos ou terminais serão abertos para a concessão da iniciativa privada e como se dará a concorrência entre eles.

De acordo com Vieira, o modelo de concessão terá o seu primeiro teste com o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal.

Depois de quase três anos de discussões, as regras do edital de concessão foram aprovadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União) na quarta-feira passada.

A expectativa da Anac é publicar o edital de concessão até o início de maio e realizar o leilão com empresas interessadas até julho.

**UNIDADES REGIONAIS**

Não são apenas os 67 aeroportos sob administração da Infraero que precisam de investimentos.

Um estudo da Abetar (Associação das Empresas de Transporte Aéreo **Regional**) divulgado ontem mostra que os 174 principais aeroportos, de pequeno e médio porte, que servem à aviação **regional** e estão fora do sistema Infraero vão precisar de R\$ 2,4 bilhões de investimentos entre 2011 e 2015.

Para Anderson Correia, especialista em transporte aéreo, professor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e responsável pelo estudo da Abetar, a falta de investimentos pode levar muitos desses aeroportos a ter de fechar as portas.

"Sem investimentos, a Embraer não vai mais conseguir vender aviões para as empresas regionais, pois não vai ter onde operá-los."

Como esses aeroportos são geridos por Estados e municípios e não são rentáveis, a Abetar defende o aumento do Profaa, programa federal de auxílio a aeroportos.

A entidade defende ainda a necessidade de novos investimentos por meio de emendas parlamentares.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>LDO: mínimo de R\$616 em 2012</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Valor poderá ser maior, dependendo da inflação registrada ao longo deste ano**

**Regina Alvarez e Cristiane Jungblut**

O governo encaminhou ontem ao Congresso o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012 com uma previsão de reajuste de 13,09% para o salário mínimo no ano que vem. Por essa estimativa, baseada na regra atual de reajuste do mínimo, o valor passaria dos atuais R\$545 para R\$616,34 em janeiro, mas, dependendo do comportamento da inflação em 2011, esse valor pode ser maior. O governo considerou em seus cálculos uma inflação de 5,2%, enquanto o **mercado** já trabalha com uma previsão de 6,26%. Pela atual regra, o salário mínimo de 2012 será reajustado com base na inflação de 2011, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2010, de 7,5%.

-- O salário mínimo tem uma regra clara. Se a inflação for diferente do parâmetro estabelecido na LDO, é claro que seguiremos a regra - disse a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Segundo a ministra, o projeto de LDO encaminhado ao Congresso estabelece como prioridades na elaboração do Orçamento do próximo ano as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas relacionados à erradicação da extrema pobreza.

**Expectativa de crescimento de 5%**

A LDO de 2012 orientará o primeiro Orçamento elaborado pela equipe da presidente Dilma Rousseff, já que o deste ano ainda foi feito pela equipe do ex-presidente Lula. A tradicional batalha sobre o valor do salário mínimo entre governo e Congresso, com as centrais sindicais no meio, ocorre no segundo semestre, durante a discussão e a votação do Orçamento da União.

O projeto de LDO de 2012, que estabelece todos os parâmetros para a elaboração deste Orçamento, traz as previsões para o comportamento da economia no ano corrente, 2011, e nos próximos três anos. Os números são mais otimistas do que as projeções do **mercado**, mas também refletem a deterioração das expectativas do próprio governo, no caso do crescimento do **PIB**. Para 2012, o governo prevê na LDO crescimento de 5% e, nos dois anos seguintes, de 5,5%.

No último boletim elaborado pelo **Ministério** da Fazenda com as perspectivas para a economia, a previsão de crescimento para 2012 é de 5,5% e para os dois anos seguintes, de 6,5%. Na média, o crescimento entre 2011 e 2014 será de 5,1%, segundo o projeto de LDO, contra 5,8% estimado pelo **Ministério** da Fazenda no boletim.

Em relação aos juros e à taxa de câmbio, os parâmetros do projeto da LDO de 2012 são bem mais otimistas do que as projeções com que o **mercado** trabalha. O projeto estima que a taxa Selic estará em 11,75% em dezembro deste ano e em 10,75% em dezembro de 2012. O **mercado** trabalha com uma estimativa de taxa básica de juros de 12,25% em dezembro de 2011 e de 11,5% em dezembro do ano que vem.

Perguntada se a equipe não estaria sendo muito otimista em relação aos juros, a ministra do Planejamento disse que a previsão é compatível com uma estimativa de queda de inflação no segundo semestre:

- Se a avaliação é que a inflação vai ceder no segundo semestre, é natural que os juros também baixem. É o parâmetro que a Fazenda (**Ministério**) resolveu trabalhar. Não tem nenhuma previsão do que o BC vai fazer.

Quanto ao câmbio, a estimativa incluída na LDO é de uma taxa de R\$1,76 em dezembro de 2012,

enquanto o **mercado** trabalha com uma estimativa de **dólar** em R\$1,72.

O projeto fixou em R\$139,8 bilhões a meta de superávit primário - a economia do setor público para o abatimento da dívida pública - para 2012. Esse valor equivale hoje a 3,1% do **PIB**, mas, como foi fixado em reais, se a economia crescer mais do que o previsto, o esforço fiscal em relação ao **PIB** cai. A parcela de responsabilidade do **Governo Federal** é de R\$97 bilhões, 2,15% do **PIB**. O resto tem de ser economizado por estados e municípios.

No projeto de LDO, o governo prevê ainda a possibilidade de abatimento de R\$40,6 bilhões de despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta de superávit, embora a equipe econômica sustente que trabalha pelo cumprimento da meta cheia.

- O governo adotou postura austera que reafirma a manutenção dos três pilares da política econômica - disse a ministra do Planejamento, ao divulgar os números.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo deixa para os deputados a iniciativa de flexibilizar licitações</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Ministra diz que mudança deve ser feita por MP ou projeto de lei, e não na LDO

**Cristiane Jungblut e Isabel Braga**

BRASÍLIA. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, confirmou ontem que o governo quer aprovar regras mais flexíveis para as obras públicas relativas à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Ela disse que essas obras devem ter um "tratamento especial" e, por isso, ter as regras de licitação simplificadas. Mas a ministra explicou que isso deverá ser aprovado pelo Congresso por meio de uma medida provisória (MP), ou projeto de lei, por se tratar de mudança na Lei de Licitações, a Lei 8.666. O governo entendeu que isso deveria ser tratado à parte, e não no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, encaminhado ontem ao Congresso.

Já em relação à fiscalização e à paralisação de todas as obras federais (incluindo as relativas aos eventos esportivos), o governo decidiu repetir na LDO de 2012 as regras especiais adotadas em 2011, em especial para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por entender que houve "avanços" na solução dos problemas de obras apontadas como irregulares.

### Defesa de monitoramento ainda maior que no PAC

Para a ministra Miriam Belchior, as obras da Copa e das Olimpíadas merecem monitoramento e tratamento diferenciados. Diante de cobranças internacionais sobre o atraso das obras, a ministra disse que o acompanhamento terá que ser ainda "mais forte":

- Acredito que a Copa e as Olimpíadas são momentos muito especiais. E, por isso, precisam ser tratadas também de maneira especial. Claro que temos essa possibilidade que está sendo discutida no Congresso em relação ao processo de licitação, para ter

regras específicas para esses dois temas. É um debate que o Congresso está fazendo, não há menção (desses temas) na LDO.

Ela acrescentou que a presidente Dilma Rousseff deverá, em breve, fazer uma reunião com governadores e prefeitos das cidades-sede.

- Teremos que ter um monitoramento ainda mais forte do que tínhamos no PAC para garantir a realização dos investimentos para esses dois grandes eventos esportivos. Se adotarmos algum outro tipo de medida excepcional, ainda não está definido - disse Miriam.

No caso de paralisação de obras, a ministra disse que isso foi tema de polêmica na LDO de 2011, mas que o texto final trouxe bons resultados. Pelo novo procedimento, os gestores das obras com indícios de irregularidades e os técnicos do TCU trocam informações, inclusive em audiências públicas na Comissão de Orçamento, que decide, posteriormente, se os empreendimentos devem ou não ser paralisados.

A oposição criticou ontem a mobilização do governo para tentar mudar a lei 8.666. Na verdade, o governo fracassou, até agora, nas tentativas de aprovar novas regras em MPs votadas nos últimos dias, justamente por falta de acordo com a oposição. Do outro lado, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), confirmou que tentará incluir o texto de mudança na lei numa medida provisória que será votada em um mês.

- No caso das licitações (simplificar os processos de licitação), nós já preparamos outro texto e pretendemos votar em um mês e meio em uma medida provisória - disse Vaccarezza.

O líder do DEM na Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), avisou que irá intensificar o processo de obstrução a essa tentativa do governo:

- São regras imorais e inaceitáveis. De um lado, o governo quer afrouxar o processo licitatório e acabar com a lei 8.666, o que permitirá o dirigismo nas licitações, para favorecer grupos. Do outro, acabar com o rigor na fiscalização das obras públicas. É o vale-tudo!

- Se o governo não tem competência para preparar o país, assumo, peça perdão e desista de sediar a Copa. Isso é abrir as portas para a corrupção - acrescentou o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR).

Para o procurador do **Ministério** Público junto ao TCU, Lucas Furtado, a urgência nas obras é uma oportunidade de ajustar a polêmica Lei de Licitações.

- Mas a fiscalização não ficará frouxa. Ficaremos de olho, os holofotes estão em cima - disse Lucas Furtado.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ZTE terá polo industrial em São Paulo</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Gilberto Scofield Jr.

SANYA (China). A estatal chinesa ZTE, uma das maiores fabricantes de equipamentos de telecomunicações do mundo, anunciou um investimento de US\$200 milhões em quatro anos na construção de um polo industrial em Hortolândia, no interior de São Paulo, que produzirá tanto para abastecer o **mercado** brasileiro quanto para **exportação**. Será a primeira fábrica e o primeiro centro de pesquisas e **desenvolvimento** da empresa fora da China.

A decisão de investimento havia sido comunicada à presidente Dilma Rousseff na quarta-feira, mas os números do projeto foram informados ontem, durante uma visita da presidente à sede da fábrica, em Xian, capital da província de Shaanxi. Dilma fará hoje uma visita aos guerreiros terracota, último programa de sua viagem à China, iniciada no domingo passado.

Segundo o presidente da ZTE Brasil, Eliandro Ávila, o polo incluirá uma fábrica para a **produção** de aparelhos celulares, modems e equipamentos de infraestrutura para redes de telecomunicações; um centro

de pesquisa; um centro de treinamento e um call center. A fábrica deve começar a produzir em um ano e vai gerar cerca de dois mil empregos.

- O **Brasil** deverá se tornar em breve a quinta maior economia do mundo e há enormes perspectivas de crescimento para a infraestrutura de comunicação - afirmou Ávila. - Um dos maiores motivadores foi a possibilidade de participação no Plano Nacional de Banda Larga como fornecedor de equipamentos.

A ZTE está desde 2002 no Brasil, onde possui escritórios de venda e assistência ao consumidor, além de uma parceria tecnológica e estratégica com a Evadin, no **Amazonas**, um negócio que deve continuar, apesar da instalação da fábrica.

	VEÍCULO ADNEWS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Pad x impostos no Brasil</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Agora que o Brasil já sabe que vai montar iPads, surgiu um novo desafio para a comercialização do aparelho, a taxação. O aparelho ainda não "existe" para a Receita Federal, então iniciou-se uma discussão sobre o que se deve fazer: classificá-lo como notebook ou criar uma categoria própria para tablets.**

Os iPads presentes no Brasil atualmente vêm de **importação** e carregam no preço cerca de 51% em impostos, conforme noticiado em reportagem de Camila Fusco na Folha.com. Os principais são o Imposto de **importação** (cujá alíquota é de 16%) e o IPI (15%), mas quando vai para a loja outras taxas são colocadas. A conta mostra que 40% do valor é imposto, ou seja, dos R\$ 1,399 pagos no modelo mais modesto, R\$ 560 vão para o fisco.

Caso o gadget "vire" um notebook, será beneficiado por uma significativa queda no preço. Os fabricantes, por exemplo, terão apenas 17% de carga tributária, e o tablet chegaria ao varejo com um terço dos impostos atuais. Tudo isso graças à uma série de incentivos, como a redução no Imposto de **importação** para seus componentes, isenções de PIS, Cofins, IPI e **ICMS**.

Um dos problemas para esse tipo de classificação é que o tablet não tem teclado físico, e isso vem sendo questionado pelos agentes. Representantes do governo chegaram a apresentar um aparelho desmontado à Receita para mostrar seu funcionamento.

Se não der certo, ainda há a possibilidade de colocar o tablet na linha de produtos conhecidos pelo fisco. Neste caso, não haveriam os mesmo incentivos fiscais, e o fabricante passaria a desembolsar 32.9% em imposto - no varejo, o consumidor arcaria com outros 25%.

### **Tablet a R\$ 500: uma quase realidade**

Somente o fato de ter uma fábrica nacional de iPads já é garantia de redução considerável no valor final do tablet, mas isso ainda não fecha a conta dos R\$ 500 sonhados pelo governo brasileiro. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, tem dito que o valor seria o ideal para o país.

Entretanto, como explica Maurício Grego na Exame.com, nem todas as vantagens da fabricação local seriam suficientes para uma redução a tal ponto. Para se ter um tablet a esse valor, teria de ser feita uma combinação inteligente entre redução de imposto e escolha adequada de modelo - no caso, um com a versão mais modesta do sistema operacional Android.

Qualquer tablet fabricado no Brasil gozaria das mesmas vantagens fiscais citadas acima, dependendo apenas da classificação que obtiver da Receita. A redução final nos impostos, que bate a taxa de 40%, daria ao fabricante a possibilidade de repassar a vantagem ao consumidor ou subir sua margem de lucro, mas a concorrência deve fazer com que opte pela primeira opção.

Grego dá exemplos de aparelhos asiáticos que teriam possibilidade de alcançar os R\$ 500. Todos eles possuem versões atrasadas do sistema do Google, memória inferior e possuem, ressalta, "qualidade construtiva questionável".

Os tablets "xing ling" podem ser comprados por até menos de US\$ 200 (ou R\$ 320), mas com várias limitações não encontradas nos aparelhos de grandes companhias, como Apple e Motorola, entre outras.